

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 068

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**Ato da Presidência:**

ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2000

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Temporária Especial, composta pelos senhores deputados Cezar Silvestri, Élio Lino Rusch, Albanor Gomes, Ademir Bier e Cesar Seleme, para averiguar denúncias contra o senhor deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 01.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE JUNHO DE 2000**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações à Metalúrgica W3, pelo recebimento do título "Indústria do Ano".

Desde 1972, a W3 vem contribuindo para o desenvolvimento do município e geração de emprego. Com 18 mil metros quadrados a empresa conta com cinco unidades de produção, onde são confeccionados cofres, móveis, gôndolas para supermercados e estantes de aço, e agora está ganhando um novo folião de mercado na divisão química, produzindo tintas.

Considerada uma das maiores fabricantes de móveis de aço do País, a W3 emprega hoje 280 funcionários em Ponta Grossa e alcança uma produção mensal de 600 mil toneladas. Há 11 anos no mercado brasileiro, a empresa também exporta para a Argentina e deve ampliar os negócios com outros países do Mercosul.

Graças a valorização do profissional e a busca pela competitividade através da capacitação e modernização do parque industrial a Metalúrgica W3 recebeu o título de Indústria do Ano.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao diretor presidente da Metalúrgica W3 - Wilson Gelaki, em nome de toda diretoria e demais funcionários da empresa, na Rodovia Ponta Grossa - Palmeira - Km 3,5 - Caixa Postal 1599 - Ponta Grossa - PR - 84072-040.

Sala das Sessões, em 01.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações à Francisco Hartz, delegado da Receita Federal/PR, e à Décio Rui Pialarissi, delegado da Receita Federal/PG, pela doação de equipamentos para a Escola Oficina do município de Ponta Grossa.

A Escola Oficina inaugurada pela Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, tem capacidade para 160 jovens e visa a reintegração social de meninos e meninas, de 14 a 18 anos, que vivem nas ruas ou estão evadidos da escola. O objetivo principal é dar oportunidade a reintegração através do acesso à escolaridade e à iniciação ao trabalho.

O espaço construído para abrigar a Escola, é composto de três blocos que abrigam quatro salas de aula, 10 salas de oficinas profissionalizantes, refeitório, cozinha, dois banheiros, salas para atendimento psicológico e de assistência social, além das salas de orientação, supervisão, biblioteca, secretaria e direção do supletivo e ainda as dependências do Departamento Médico e Odontológico.

Com a doação feita pela Receita Federal, de máquinas de escrever, computador e arquivos, os quais serão utilizados na oficina profissionalizante de datilografia e computação, será possível suprir algumas necessidades da escola Oficina.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Francisco Hartz, delegado da Receita Federal PR, na Rua Marechal Deodoro, 555 - Nesta Capital, e à Décio Rui Pialarissi, delegado da Receita Federal/PG, na Visconde Taunay, 1051 - Ponta Grossa/Pr.

Sala das Sessões, em 01.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Pretextato Pennafort Tabora Ribas Neto, solicitando providências quanto a superlotação do Presídio Hildebrando de Souza em Ponta Grossa, sujeito a rebeliões diárias e a interdição do prédio.

A Vara de Execuções de Curitiba terá até 04/07 para autorização a remoção de cerca de 75 detentos do Presídio Hildebrando de Souza. O prazo foi definido pelo Conselho da Comunidade. Caso não seja cumprido, o Ministério Público vai intervir junto à corregedoria pedindo a interdição do prédio. Foi aberto inquérito civil público para apurar o caso. Segundo os conselheiros a cadeia chegou ao seu limite. Atualmente 167 presos dividem 80 vagas na unidade.

A interdição já era cogitada há meses. A superlotação e a infra-estrutura do prédio estão refletindo na saúde do detento. Infiltrações estão molhando colchões dos detentos que se amontoam nos corredores e que estão crescendo casos de gripes e pneumonias, além de outros problemas graves, já relatados em requerimentos anteriores.

Sala das Sessões, em 01.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## Projeto de Resolução:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

#### Capítulo I

##### Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 1º - No exercício do mandato, o deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previsto.

Art. 2º - São deveres fundamentais do deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das Reuniões de Comissão de que seja membro.

#### Capítulo II

##### Das Vedações Constitucionais

Art. 3º - É expressamente vedado ao deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo (Constituição Estadual, artigo 58, II, alínea "d").

§ 1º - consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso I e a alínea "c" do inciso II, para fins do presente Código de Ética e Decoro

Parlamentar, pessoas jurídicas de direito privado controlado pelo Poder Público.

§ 2º - A proibição constante da alínea “a” do inciso I compreende o deputado, como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por eles controladas.

§ 3º - Consideram-se pessoas jurídicas às quais se aplica a vedação referida na alínea “a” do inciso II, para fins do presente código, os Fundos de Investimentos Regionais e Setoriais.

### **Capítulo III**

#### **Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar**

Art. 4º - É, ainda, vedado ao deputado:

I - celebrar contrato com instituição financeira controlado pelo Poder Público, incluídos nesta vedação, além do deputado como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por eles controladas;

II - dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras referidas no inciso I.

§ 2º - Excluem-se da proibição constante no inciso II a direção ou gestão de jornais, editoriais de livros e similares.

Art. 5º - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa (Constituição Estadual, artigo 59, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Parágrafo Único - Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo.

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o deputado, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

### **Capítulo IV**

#### **Das Declarações Públicas Obrigatórias**

Art. 6º - O deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes declarações obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como deputado;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento de prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas: cópia da declaração de Imposto de Renda do Deputado e do seu cônjuge ou companheira;

III - ao assumir o mandato e ao ser indicado membro de Comissão Permanente ou Temporária da Casa: Declaração de Atividades Econômicas ou Profissionais, atuais ou anteriores, ainda que delas se encontre transitariamente afastado, com a respectiva remuneração ou rendimento, inclusive quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador,

IV - durante o exercício do mandato, em comissão ou em plenário, ao iniciar-se a apreciação da matéria que envolva diretamente seus interesses patrimoniais: Declaração de Interesse, em que, a seu exclusivo critério, declara-se impedido de participar ou explicita as razões pelas quais, a seu juízo, entenda como legítima sua participação na discussão e votação.

§ 1º - Caberá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar diligenciar para publicação e divulgação das declarações referidas neste artigo, pelo menos nos seguintes:

I - no órgão de publicação oficial - onde será feita sua publicação integral;

II - em um jornal diário de grande circulação no Estado em forma de aviso resumido da publicação feita no órgão oficial.

### **Capítulo V**

#### **Das Medidas Disciplinares**

Art. 7º - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 8º - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 9º - A censura será verbal ou escrita

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa,

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 10 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Assembléia Legislativa ou comissão hajam resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 11 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 3º desta resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 4º e 5º desta resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

## Capítulo VI

### Do Processo Disciplinar

Art. 12 - A sanção de que trata o artigo 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria

simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15, excetuada a hipótese do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 10, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 13 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15 desta Resolução e artigo 59, § 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, § 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 14 - Oferecida representação contra deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 15 - Recebida a representação, o conselho observará o seguintes procedimentos:

I - o presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao deputado, que terá o prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para

exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo de encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16 - É facultado ao deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 17 - Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providências as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta dias).

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts 8º e 9º, o conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15.

§ 4º - Poderá o conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao deputado.

Art. 18 - Quando um deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 19 - As apurações de fatos e responsabilidade previstos neste código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 20 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 21 - quando, em razão das matérias reguladas neste código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus

membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

## Capítulo VII

### Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 22 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 23 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos deputados que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do art. 6º.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificado a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do conselho.

Art. 24 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a disciplina e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 25 - O corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-

Ihe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

### Capítulo VIII

#### Dispõe Sobre a Corregedoria Parlamentar

Art. 26 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) corregedor e 2 (dois) corregedores substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 27 - Compete ao corregedor ou corregedor substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa;

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo deputados;

Art. 28 - O corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 29 - Compete aos corregedores substitutos substituírem o corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de procedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 30 - Em caso de delito cometido por deputado no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, caberá ao corregedor, ou corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa, designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese, ao previsto no art. 57, § 3º, da Constituição Estadual.

### Capítulo IX

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 31 - O Orçamento Anual da Assembléia consignará dotação específica, com os recursos necessários à publicação das Declarações Obrigatórias previstas no art. 6º.

Art. 32 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Hermas Brandão

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados.

Usando o Pequeno Expediente em nome do PST - Partido Social Trabalhista vimos hoje, dar publicidade ao nosso requerimento encaminhado a esta Casa na tarde de ontem, quando a nossa Bancada Ruralista se posicionou a favor de todas as entidades ligadas à terra do Paraná, principalmente às sociedades ruralistas, UDR, enfim, cooperativas, entidades que se preocupam com o trato da terra no sentido de pedir ao presidente do Congresso Nacional - Antônio Carlos Magalhães, para que se instale, imediatamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar qual o desempenho do Incra a nível de Brasil.

Todos sabem que aquele Instituto consumiu, nos últimos 5 anos, mais de 12 bilhões de reais, dinheiro esse que deveria ser aplicado na aceleração da reforma agrária em todo o Brasil. E, nós do Paraná, somos testemunhas de que aqui, este Instituto, - apesar de estar há 30 anos trabalhando no sentido de agilizar a reforma agrária - de prática pouco se tem conseguido. E esta preocupação levamos ao Congresso Nacional, porque só através desta Comissão é que vamos poder fazer uma radiografia sua e saber o que anda acontecendo com esse volumoso recurso que está sendo destinado: desviado até da saúde, da educação e que, na prática, não vemos assentamentos, não vemos a reforma agrária ser implantada e o Movimento cada vez mais recrudescer afetando as fazendas produtivas, afetando os fazendeiros que produzem, que lutam, que trabalham, e isso não justifica em virtude do grande volume de recursos que está sendo aplicado no setor.

Esperamos que esta CPI seja instalada e possamos dela concluir, com esta radiografia, o que está por trás disso. As denúncias de que líder de sem-terra vivem espoliando as pessoas que conseguem financiamentos em bancos; os posseiros, os arrendatários, os que participam do movimento sem-terra, estão acontecendo em todo o

País. Sabemos de terras adquiridas por valores sobre-faturados, terras que não são próprias para a agricultura. Enfim, desmandos existem à beça. Precisamos então chegar com esta CPI para dar um choque de modernidade ao Incra ou quiçá até acabar com este Instituto, que na verdade só está sendo cabide de emprego e está sendo também, há muito tempo, minado por esse movimento que é mais ideologia do que um movimento preocupado em fazer a reforma agrária em nosso País.

Então, no Paraná, nós que somos da Banda Ruralista, somos deputados preocupados com esta realidade da terra, esperamos que o governo imediatamente instale esta CPI para podermos trabalhar em cima de dados concretos e levantarmos a destinação desses recursos que foram encaminhados no valor de mais de 12 bilhões de reais.

Era isso, muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Volto à tribuna nesta manhã, para dar prosseguimento a mais um tópico que está sendo investigado pela CPI de combate à sonegação fiscal, adulteração de combustível no Estado do Paraná, a prática do “dumping” e a cartelização do setor.

Ainda esta semana narramos um pouco a experiência e os trabalhos dessa CPI, no que se refere à adulteração de combustível. E, graças a Deus, graças ao apoio que temos recebido da Mesa Executiva desta Casa, do presidente da Assembléia Legislativa e de todos os órgãos que estão contribuindo, especialmente a receita Estadual através dos seus agentes fiscais, o Procon, o Tecpar, enfim, os vários órgãos que estão envolvidos, as investigações estão caminhando muito bem, a Secretaria de Segurança Pública também está dando um aporte muito grande aos trabalhos dessa Comissão; não param de chegar denúncias ao nosso gabinete parlamentar e ao gabinete de vários deputados e todas elas estão sendo investigadas.

Como dizia aqui ainda esta semana, dessas denúncias todas que foram encaminhadas à CPI, todas as que foram investigadas tinham uma razão de ser, o que demonstra que a sociedade precisa de um instrumento, de um canal para poder reclamar, para poder marcar a sua posição, e efetivamente quando ela tem a esperança de ver acolhida uma sua reivindicação, ela procura os canais competentes.

E o parlamento é justamente essa caixa de ressonância da sociedade, para ouvir as reclamações, encaminhá-las e oferecer resultados objetivos.

Por isso, senhor presidente, não posso aqui tentar graduar o trabalho dos senhores deputados em mais importante, ou menos importante, todos os trabalhos

desenvolvidos nesta Casa são importantes no processo democrático e na formação dessa conjuntura no Estado do Paraná, que é a defesa incansável dos interesses da sociedade.

Para se ter uma idéia, só no que se refere à sonegação fiscal, estamos apertando definitivamente o cerco, claro, quando tratamos do setor de combustíveis estamos falando em mais de 25% da arrecadação do Estado do Paraná. É com certeza absoluta o setor mais importante e vital da economia do nosso Estado, no que se refere ao recolhimento de tributos.

Ora, claro, existe um sistema que chama-se substituição tributária, onde todos os produtos derivados, de petróleo e também o álcool anidro, ou ele é atingido pela substituição tributária, no caso dos derivados de petróleo, e o álcool anidro é diferido para que as refinarias recolham o tributo.

Em tese, o Estado nunca perderia, porque sempre estaria recebendo os recursos diretamente na fonte. Ocorre, porém, meu Líder, Valdir Rossoni, que existem maus empresários, que ao adulterarem o produto, diretamente estão, além de adulterando o produto, cometendo um crime de sonegação.

Existem maus empresários que donos, alguns poucos a bem da verdade, de destilarias de álcool, vendem o produto diretamente para postos de gasolina, vendem o produto sem documentação fiscal para distribuidoras chamadas emergentes, que acabam também tendo esse benefício, concorrendo de maneira desleal porque não recolhem os tributos devidos.

Então, precisamos acabar de uma vez por todas, com a adulteração no Estado do Paraná. Precisamos também acabar com a sonegação. E só para ser ter uma idéia, na arrecadação direta de tributos, frutos do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, com apoio da Receita Estadual e de diversos órgãos, já se teve uma produção fiscal, uma arrecadação, senhor presidente, de mais de milhões de reais de arrecadação direta.

Segundo os próprios técnicos da Secretaria, temos aqui o deputado Toni Garcia, que tem acompanhado todos os trabalhos da CPI, e que tem, efetivamente, ajudado, contribuído e muito, para o resultado desses trabalhos. Segundo os próprios técnicos da Secretaria da Fazenda, que, se houve uma arrecadação direta de mais de 3 milhões, a arrecadação indireta é infinitamente superior, porque todos aqueles contumazes sonegadores passam, efetivamente, a recolher os tributos com medo de serem pegos pela CPI ou diretamente pela Receita Estadual.

Então, senhor presidente, eram essas as nossas colocações dando um rápido relato sobre o balanço da CPI ao longo desses quase 50 dias, no que diz respeito à sonegação fiscal no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhores deputados!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja congratular-se com os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e, bem a



propósito, a imprensa, no dia de hoje, faz uma colocação importante no que diz respeito ao acordo firmado entre os supermercados e os fornecedores. E este acordo só foi possível graças ao trabalho da CPI dos Supermercados.

Por isso, acho, que aos poucos, a Assembléia vai dando a sua parcela de contribuição para todos os sistemas que são agendados aqui na Casa.

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB; PFL; PSDB; PMDB; PPB; PSL; PT; PST; PSB; Liderança do Governo.

**(Todas declinam)**

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso o horário da Liderança da Oposição, brevemente, em primeiro lugar para anunciar nossas boas-vindas à proposta da Presidência com relação ao projeto que institui na Casa um Código e uma Comissão de Ética. Havia apresentado um projeto na legislação passada, não reapresentei agora mas, particularmente recebemos com bastante entusiasmo, porque a Casa está se modernizando, a exemplo do que ocorre hoje na Câmara Federal, aliás ontem, na Comissão de Justiça, da Câmara, já passou um projeto ampliando os poderes da Comissão de Ética. E também no Senado Federal, através desta mesma Comissão de Ética, está sendo discutida a cassação ou não de um senador da República, pela primeira vez. Portanto, é bem-vindo este projeto, vamos discuti-lo profundamente, pois precisamos mostrar que temos o interesse de termos posturas decentes neste Parlamento, e Vossa Excelência, presidente, está de parabéns com essa iniciativa!

Segundo lugar: nós, da Bancada de Oposição, estaremos apresentando um projeto que obriga o governo do Estado a publicar on line, quer dizer, em tempo real, assim que estiver pronto, o Diário Oficial do Estado, diariamente. A necessidade do acompanhamento das publicações, é muito mais fácil hoje pelo computador, do que ficar folheando, porque no computado você acessa a página do Diário Oficial do Estado, e você quer uma determinada informação, por exemplo, educação, você digita educação e manda o computador procurar, aí você vai nos temas que tratam de educação, Secretaria de Educação.

Fica muito mais fácil. E, aliás, esse projeto vem de encontro ao espírito da atualidade, que é de rapidez da informação, que exige o acompanhamento apropriado.

E nós, da Oposição, sobretudo, queremos este acompanhamento. Então, neste sentido, vamos apresentar um projeto e também a prestação de contas que é volumosíssimo. Recebemos aqui na Casa vários volumes e poderiam também estes volumes serem expostos na Internet. A Celepar tem capacidade de memória para isso. E teríamos, com tranquilidade, o acesso a estas informações.

Por fim, senhor presidente, solicitar a Vossa Excelência, já que foi apresentado e aprovado um requerimento aqui, já havia um entendimento com o líder do Governo no sentido de compormos uma pequena comissão de deputados estaduais suprapartidária para acompanhar as negociações que envolvem a APP Sindicato e o movimento dos professores em greve e o governo do Estado, área financeira, e a Secretaria de Educação. Hoje à tarde, às 17h00 eles terão uma reunião, e acharia de bom proveito e também para darmos uma demonstração de acompanhamento a estes fatos, já que havia um compromisso nosso, de maneira informal, à liderança dos professores, mesmo ao governo, de acompanharmos. Então, solicitaria a Vossa Excelência, na medida em que lhe couber, que fizesse uma indicação de comum acordo, com relação a esta comissão de acompanhamento desta reunião. Não para decidir, apenas para acompanhar.

Tem aparte o deputado Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de colocar a Vossa Excelência que a proposta de formamos esta comissão e levada ao presidente Nelson Justus é válida, nos propusemos e assumimos este compromisso, da tribuna, mas assumi compromisso no Interior, estou viajando tão logo termine a sessão e estou impossibilitado de formar qualquer comissão. Então, se por uma eventualidade, e eu gostaria que ficasse muito bem claro, aqui, gostaria muito de participar, mas só teria condições de participar a partir de segunda-feira.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Rossoni, compreendo perfeitamente. Vossa Excelência já nos tinha explanado isto. Acontece que nossas agendas são feitas com antecedência e este movimento está aí, com urgência própria de um movimento grevista. Perfeitamente compreensível. Acho que Vossa Excelência seria muito importante nesta mesa de negociação, mas podemos, na medida em que o presidente consultar os demais deputados, compor esta comissão, com tranquilidade. Não há porque irmos lá brigar entre nós. É apenas para colocarmos nossas posições e acompanhar todas as negociações, para ver se há possibilidade de avanço no sentido, evidentemente, do término da greve e que todos os lados saiam tranquilos deste processo. E, a Assembléia poderá, inclusive já anunciei ao presidente, que já havia conversado comigo, poderemos anunciar que, o que couber à Assembléia, por exemplo discutirmos o PCCS com mais rapidez, enfim, podemos já anunciar nesta reunião. E a comissão será uma comissão que, evidentemente, com a falta do deputado Rossoni, perdemos muito em qualidade, mas há tantos outros deputados que podem conduzir conosco este debate.

E estou à disposição, senhor presidente, não como líder da Oposição, mas como presidente da Comissão de Educação, pertinente ao assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente, deputado Colombo, quero crer que os membros da Comissão de Educação ou outros deputados que possam fazer parte deste encontro na tarde de hoje, vamos relacioná-los e vamos acompanhar este encontro.

No que diz respeito ao projeto de resolução de minha autoria, que cria e institui a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, estamos dando entrada, hoje, e estou encaminhando uma cópia deste projeto a cada Líder de Partido para que possa examinar, e caso queira oferecer sua sugestão, sua contribuição a este projeto, será bem-vindo. Estamos dando entrada, hoje, à Mesa e estou tomando a liberdade de encaminhar ao mesmo tempo que dou entrada à Mesa Executiva, à Liderança de cada Partido uma cópia, para que possam distribuir entre os deputados, conversar, enfim, apresentar qualquer tipo de sugestão. Será bem-vindo.

Em contrapartida, também por ato desta Presidência, passo a ler.

**(Lê):**

“ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2000

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

**D E C L A R A :**

Constituída a comissão Temporária Especial, composta pelos senhores deputados Cezar Silvestri, Élio Lino Rusch, Albanor Gomes, Ademir Bier e Cesar Seleme, para averiguar denúncias contra o senhor deputado Algaci Túlio.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 31.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS”

Esta comissão, reunir-se-á no meu gabinete, segunda-feira, para que possamos fazer a entrega dos documentos que temos em mãos e estipularmos, de comum acordo, um prazo, para apuração das denúncias oferecidas contra o deputado.

É evidente que a partir do momento que tivermos o nosso projeto de resolução apurado, nós não precisaremos mais de comissões especiais temporárias para apurar casos desta natureza.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ato do Presidente nº 007/2000, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Temporária Especial, composta por cinco membros, para averiguar denúncias contra um senhor deputado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, com apoioamento do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Necessita de apoioamento. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 118/00, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Fundação Exclusiva Educativa com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

**ITEM 02**

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 179/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Delegados. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

**ITEM 03**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a Instituição de Macenismos de Incentivos para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EMENDA DA C.C.J. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 063/99**  
**EMENDA DE PLENÁRIO**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo autorizar a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**CESAR SELEME** - Relator

**Apoioamento:**

Duílio Genari, Carlos Simões, Nereu Moura, Beto Richa, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk.

**Aprovado a emenda. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado e municípios. COM PARCERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., EMENDA DA C.C.J. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLÊNARIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 226/99

P A R E C E R :

De autoria do deputado Valdir Rossoni, a emenda visa equacionar o projeto de lei dispondo sobre a “contratação de artistas paranaenses por órgãos da administração direta e indireta do Estado”.

Do ponto de vista constitucional e legal a emenda está em condições de ser analisada pelo plenário, com Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Túlio, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, César Seleme, Moysés Leônidas, Durval Amaral, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk.

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o senhor governador do Paraná a incluir um representante da Undime-Paraná no Conselho Estadual de Educação. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLÊNARIA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 01, AO  
PROJETO DE LEI Nº 286/99

De autoria do deputado Nelson Justus, a presente emenda visa retificar a redação já consignada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, assim, sob o aspecto constitucional e legal, nada obsta sua aceitação e aprovação.

De outra, o projeto de lei se encontra em Regime de Urgência, cabendo apreciação final do douto Plenário, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHIA - Relator

Apoiamento:

Algaci Túlio, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk.

**Aprovada a emenda.**

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União, com sede no município de Pinhais e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 049, de 11.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 147/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila União, com sede no município de Pinhais e foro nesta Capital.

Chamada a esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2000, de autoria do deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050, de 15.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 149/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada a esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 30.05.2000.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 153/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, fica declarada de Utilidade o Lar Recanto do Idoso de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 17.05.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 153/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Lar Recanto do Idoso de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2000, de autoria da Comissão Executiva, que amplia às Comissões Permanentes do Mercosul, de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor, o disposto da resolução nº 054/94. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica ampliado às Comissões Permanentes do Mercosul, de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor, o disposto do inciso VII do art. 1º, da Resolução 50/94, de 25 de janeiro de 1.995.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.05.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 995, 996 e 997, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Lembramos e convidamos os senhores deputados para a Sessão Solene a ser realizada hoje, às 15h00, entrega do título de Cidadão Benemérito ao engenheiro Airtorn Cornelsen, de autoria do deputado Beraldin.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 611/99, 121, 122, 139, 142/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 063, 226, 286/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 147, 149, 153/2000, e Projeto de Resolução nº 018/2000.

Levanta-se a sessão.